

INSTRUMENTOS DE LEITURA TÉCNICO-COMUNITÁRIA EM FAVELAS: O CENSO SOCIOECONÔMICO E HABITACIONAL NA COMUNIDADE FREI DAMIÃO EM PALHOÇA/SC (ASSESSORIA TÉCNICA TERRITORIAL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA)

Bárbara Guimarães Fernandes

Universidade Federal de Santa Catarina | barbara.gfernands@gmail.com

Djohodo Sourou Liberta Paola Monloto Oceane Aboh

Universidade Federal de Santa Catarina | oceane.aboh@gmail.com

Isadora Imthon

Universidade Federal de Santa Catarina | isadora.ki@gmail.com

Sessão Temática 12: Assessoria técnica territorial e extensão universitária

Resumo: O presente artigo apresenta a aplicação de um instrumento de leitura técnico-comunitária em favelas, centrando-se na realização de um censo socioeconômico e habitacional na comunidade Frei Damião, situada em Palhoça, Santa Catarina. A abordagem visa mapear e caracterizar as condições de vida dos moradores, identificando suas necessidades e criando uma base sólida para o planejamento de políticas públicas e projetos de intervenção no território. A comunidade Frei Damião enfrenta uma série de desafios associados à urbanização informal, diante disso, o censo foi desenvolvido visando levantar dados detalhados sobre a composição das famílias, nível de renda, condições de saúde e características das habitações, entre outros aspectos. A metodologia de leitura técnico-comunitária a partir do censo envolve a colaboração direta dos moradores e de agentes comunitários, garantindo a aplicação participativa e respeitosa. Também, a metodologia contempla o processo de sensibilização da comunidade, visitas domiciliares, entrevistas com moradores e observação direta das condições materiais das habitações e do entorno.

Palavras-chave: Censo socioeconômico; leitura técnico-comunitária; Habitação de Interesse Social; favelas e assentamentos Informais; Comunidade Frei Damião.

TECHNICAL-COMMUNITY ASSESSMENT TOOLS IN FAVELAS: THE SOCIOECONOMIC AND HOUSING CENSUS IN THE FREI DAMIÃO COMMUNITY IN PALHOÇA, SC

Abstract: The present article discusses the application of a technical-community survey tool in favelas, focusing on the implementation of a socioeconomic and housing census in the Frei Damião community, located in Palhoça, Santa Catarina, Brazil. This approach aims to map and characterize the living conditions of residents, identify their needs, and establish a solid foundation for planning public policies and intervention projects in the area. The Frei Damião community faces various challenges associated with informal urbanization. In response, the census was designed to collect detailed data on household composition, income levels, health conditions, and housing characteristics, among other aspects. The technical-community survey methodology, based on the census, involves direct collaboration with residents and community agents, ensuring a participatory and respectful application process. It also includes community awareness activities, home visits, interviews with residents, and direct observation of the physical conditions of the dwellings and surroundings.

Keywords: Socioeconomic Census; Technical-Community Assessment; Social Housing; Favelas and Informal Settlements; Frei Damião Community.

INSTRUMENTOS DE EVALUACIÓN TÉCNICO-COMUNITARIA EN FAVELAS: EL CENSO SOCIOECONÓMICO Y HABITACIONAL EN LA COMUNIDAD FREI DAMIÃO EN PALHOÇA, SC

Resumen: El presente artículo presenta la aplicación de un instrumento de lectura técnico-comunitaria en favelas, centrado en la realización de un censo socioeconómico y habitacional en la comunidad Frei Damião, ubicada en Palhoça, Santa Catarina. El enfoque busca mapear y caracterizar las condiciones de vida de los residentes, identificar sus necesidades y crear una base sólida para la planificación de políticas públicas y proyectos de intervención en el territorio. La comunidad Frei Damião enfrenta una serie de desafíos asociados a la urbanización informal. Ante esto, el censo fue desarrollado con el objetivo de recopilar datos detallados sobre la composición de las familias, nivel de ingresos, condiciones de salud y características de las viviendas, entre otros aspectos. La metodología de lectura técnico-comunitaria basada en el censo implica la colaboración directa de los residentes y agentes comunitarios, garantizando una aplicación participativa y respetuosa. Además, la metodología contempla el proceso de sensibilización de la comunidad, visitas domiciliarias, entrevistas con residentes y la observación directa de las condiciones materiales de las viviendas y del entorno.

Palabras clave: Censo socioeconómico; evaluación técnico-comunitaria; Vivienda de Interés Social; favelas y asentamientos informales; Comunidad Frei Damião.

INTRODUÇÃO

A urbanização acelerada e a exclusão social nas cidades brasileiras resultam em desafios significativos para o planejamento urbano, especialmente nas comunidades periféricas e favelas. Esses territórios, frequentemente marcados pela informalidade e pela ausência de políticas públicas eficazes, têm sua inclusão nos planos de desenvolvimento urbano negligenciada. Entre essas comunidades está a Frei Damião, localizada no município de Palhoça em Santa Catarina, que se destaca como um exemplo emblemático das desigualdades urbanas enfrentadas no Brasil. Embora amplamente reconhecida como um dos territórios do estado com grande concentração de pobreza e vulnerabilidade, a comunidade permanece à margem de políticas públicas efetivas devido, entre outras questões, à escassez de dados precisos e atualizados sobre sua realidade socioeconômica e habitacional. A ausência de informações confiáveis sobre comunidades como a Frei Damião não é um problema isolado, mas reflete um apagão de dados recorrente em áreas urbanas informais no Brasil. Essa carência compromete o planejamento de ações voltadas à melhoria da qualidade de vida dos moradores e à integração socioespacial. Como apontam Maricato (1999) e outras análises críticas do urbanismo brasileiro, essa invisibilidade estatística é tanto causa quanto consequência da precariedade habitacional e da exclusão social, que se perpetuam.

Diante dessa realidade, a Residência em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), curso de especialização em Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) vinculado ao Programa Periferia Viva do Ministério das Cidades, desenvolveu um instrumento de leitura técnico-comunitária para levantamento de dados na comunidade Frei Damião. Este Censo Socioeconômico e Habitacional, aplicado por meio de questionário com abordagem domiciliar, visa levantar informações precisas e geoespacializadas acerca de aspectos como composição familiar, trabalho, renda, escolaridade, condições da moradia e acesso a equipamentos urbanos, dentre outros. Dessa forma, objetiva-se construir uma base de dados que subsidie o desenvolvimento de propostas e projetos para a comunidade com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento socioespacial e a melhoria das condições de vida dos moradores da comunidade Frei Damião.

Este artigo apresenta o Censo Socioeconômico e Habitacional desenvolvido na comunidade Frei Damião, envolvendo sua metodologia de elaboração e aplicação, a fim de colaborar com a discussão a respeito dos instrumentos para leitura técnico-comunitária em favelas. Para tal, problematizamos a fragilidade das informações sobre a realidade das comunidades urbanas brasileiras, e caracterizamos o território Frei Damião em suas dimensões históricas, geográficas, sociais e urbanísticas, a partir dos dados e estimativas disponíveis. Em seguida, apresentamos o processo de desenvolvimento desse instrumento de leitura no curso de especialização em ATHIS da UFSC, bem como a aplicação do censo piloto em dois recortes da comunidade. Por fim, concluímos com reflexões acerca dos primeiros resultados obtidos

através da aplicação do censo, suas limitações e contribuições para o levantamento de dados e leitura da realidade socioespacial nos territórios periféricos.

APAGÃO DE DADOS NAS FAVELAS BRASILEIRAS

A ausência de dados detalhados e atualizados sobre favelas e assentamentos informais constitui um dos maiores desafios para a inclusão social e urbana no Brasil. Este “apagão de dados” reflete décadas de negligência por parte do poder público e de instituições de pesquisa, resultando na invisibilidade de milhões de brasileiros que vivem em condições precárias. A falta de informações precisas não apenas compromete a formulação de políticas públicas eficazes, como perpetua a exclusão social, econômica e territorial dessas populações.

A Exclusão Sistemática dos Assentamentos Informais

A exclusão estatística das favelas tem raízes históricas e estruturais. O planejamento urbano no Brasil, desde suas origens, tratou esses territórios como problemas a serem removidos, ao invés de espaços legítimos para intervenções. Políticas habitacionais que priorizaram remoções e realocações forçadas contribuíram para a marginalização das favelas, enquanto o mapeamento detalhado dessas áreas foi sistematicamente ignorado. Essa invisibilização foi reforçada por uma visão elitista e higienista da cidade, que relegou as periferias a uma condição de “não-cidade” (Maricato, 1999).

Além disso, a caracterização das favelas nas estatísticas oficiais é limitada e frequentemente inadequada. Definições imprecisas sobre o que constitui uma favela ou assentamento informal dificultam o levantamento de dados consistentes. Segundo Queiroz (2015), a ausência de critérios padronizados entre os diversos órgãos públicos, contribui para a subnotificação da população que vive nesses territórios, comprometendo sua inclusão em políticas urbanas e sociais.

A Dinâmica das Favelas: Desafios para o Levantamento de Dados

As favelas são territórios dinâmicos, marcados por mudanças constantes, que dificultam o levantamento de dados. Migrações internas e externas, crescimento demográfico acelerado, desastres naturais e conflitos relacionados ao tráfico de drogas influenciam a organização desses espaços. Essas transformações, muitas vezes imprevisíveis, tornam as metodologias tradicionais de coleta de dados inadequadas (ONU-Habitat, 2020).

Por exemplo, a migração de famílias para áreas urbanas periféricas reflete a busca por oportunidades e a incapacidade de arcar com os custos das moradias formais. Isso resulta na ocupação de terrenos ambientalmente vulneráveis, como encostas ou áreas alagadiças, que estão mais sujeitas a desastres naturais. Além disso, atividades ilícitas, como o tráfico de drogas, frequentemente moldam a dinâmica social e espacial das favelas, tornando ainda mais complexa a tarefa de obter informações precisas (Moura, 2021).

Essa dinamicidade torna os métodos tradicionais de coleta de dados inadequados, pois não conseguem capturar as transformações rápidas e complexas que ocorrem nesses territórios.

Impactos do Apagão de Dados no Planejamento Urbano

A ausência de dados confiáveis e atualizados impede a formulação de políticas públicas eficazes para atender às necessidades das populações que vivem em favelas. Sem informações detalhadas sobre o número de moradores, suas condições de habitação, níveis de renda e acesso a serviços básicos, é impossível planejar intervenções urbanísticas ou a ampliação de equipamentos sociais (IBGE, 2022).

A precariedade no acesso a saneamento básico, por exemplo, é uma das consequências mais graves do apagão de dados. Sem mapas precisos das áreas habitadas e informações sobre as condições das moradias, as redes de água e esgoto permanecem incompletas ou inexistentes. Da mesma forma, a ausência de dados sobre a distribuição da população dificulta a alocação de recursos para saúde, educação e transporte público (IPEA, 2019).

A Importância da Leitura Técnico-Comunitária

Superar o apagão de dados exige métodos inovadores e participativos. A leitura técnico-comunitária, que combina ferramentas técnicas com a participação ativa dos moradores, oferece uma abordagem promissora. Esse método permite capturar a complexidade das favelas, ao mesmo tempo que fortalece a organização comunitária e promove a inclusão social (Instituto Pólis, 2018).

Ao envolver os moradores como agentes na coleta de dados, a leitura técnico-comunitária garante que as informações levantadas reflitam as necessidades reais da comunidade. Além disso, o uso de tecnologias como sistemas de georreferenciamento melhora a precisão dos dados e facilita sua integração em planos urbanos.

Possíveis Soluções ao Apagão de Dados

O primeiro avanço para solucionar o apagão de dados que atinge as favelas e comunidades urbanas é reconhecer e colocá-las no mapa. No Censo de 2022 o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) trouxe a iniciativa “Favela no mapa”, que em parceria com outras entidades, teve em vista aprimorar o levantamento de dados e sensibilizar a população quanto à importância de responder ao censo (IBGE, 2024). Há um atraso no reconhecimento da importância de ter dados e mapas das áreas informais de concentração de baixa renda, mas a iniciativa do IBGE é sem dúvidas um avanço para a solução do apagão de dados.

Em 2023 foi criada pela primeira vez a Secretária Nacional de Periferias (SNP), vinculada ao Ministério das Cidades, que traz as favelas para o centro das discussões e as inclui no orçamento federal. O programa Periferia Viva é iniciativa da SNP e é por meio dele que a Residência em ATHIS na UFSC é viabilizada. O Decreto n.º 11.468/2023, que descreve as

competências da SNP, a vincula a outros órgãos, ampliando a possibilidade de atuação em diferentes territórios.

Iniciativas como o Censo Socioeconômico e Habitacional da comunidade Frei Damião demonstram o potencial da leitura técnico-comunitária para as ações concretas. Esse projeto, desenvolvido por meio de uma parceria entre a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a comunidade local, utiliza questionários estruturados e mapeamento georreferenciado para levantar informações detalhadas sobre as condições de vida dos moradores. Os resultados servirão como base para o planejamento de políticas públicas e intervenções urbanísticas.

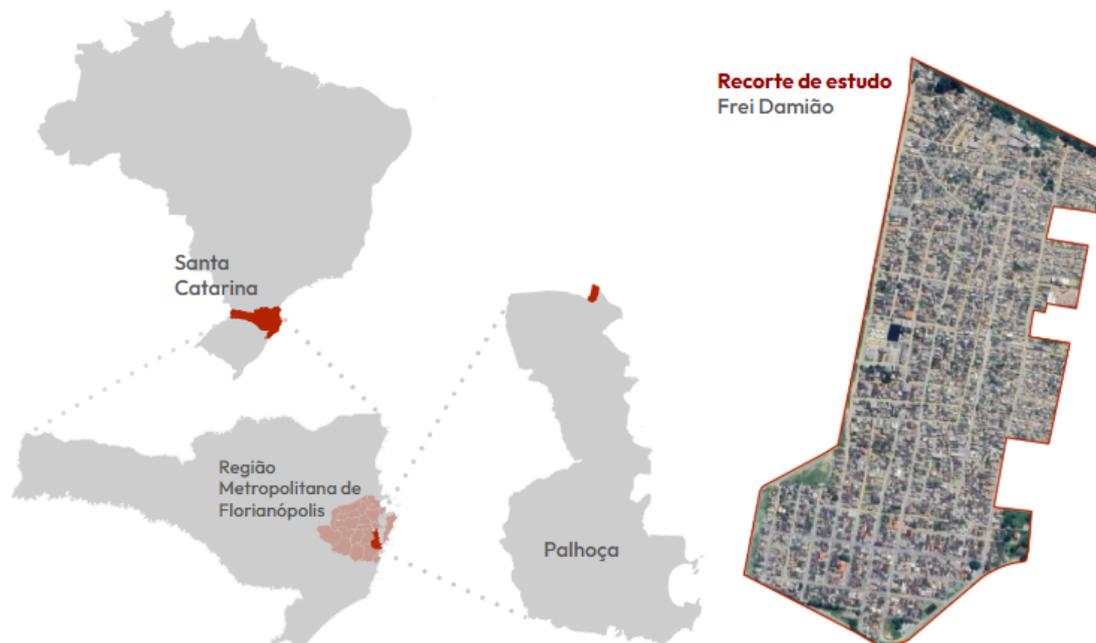
Existem diversas alternativas que tentam superar o apagão de dados nas favelas, como o Mapeamento de Comunidades promovido pelo Instituto Pólis, que aplica tecnologias digitais para registrar dados sobre habitação, infraestrutura e serviços em áreas informais. A campanha Despejo Zero¹, que surgiu na pandemia de COVID-19 e de forma colaborativa mapeia os conflitos por terra e moradia, ou o Comunitáreas¹, plataforma desenvolvida pela Universidade Federal de Santa Catarina para mapear grupos e comunidades em situação de vulnerabilidade socioambiental na área conurbada de Florianópolis. As iniciativas supracitadas trazem métodos que abrangem escalas da metropolitana à nacional e, de forma inovadora e comunitária, invertem o histórico apagamento de dados das favelas.

O apagão de dados nas favelas brasileiras não se dá somente por impasses tecnológicos ou logísticos. É, na realidade, um reflexo de décadas de negligência e exclusão socioespacial. Superá-lo é possível e as experiências mostram ser necessário adotar abordagens participativas, como a leitura técnico-comunitária, que valorizem a colaboração entre poder público, academia e sociedade civil. Apenas com dados confiáveis e atualizados será possível integrar as favelas às agendas de desenvolvimento urbano, promovendo justiça social e o direito à cidade para todos.

A MAIOR FAVELA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

A comunidade Frei Damião, localizada no município de Palhoça, Santa Catarina, é reconhecida como a maior favela urbana do estado. Com uma população estimada oficialmente em 7.273 moradores, distribuídos em 2.470 domicílios (ND+, 2023), a Frei Damião supera o contingente populacional de 130 dos 295 municípios catarinenses, destacando-se como uma das 100 localidades mais populosas de Santa Catarina (ND+, 2023). No entanto, estimativas de organizações da sociedade civil (OSCs) como o Instituto Comunitário Grande Florianópolis - ICOM indicam que a população real pode ultrapassar 12 mil habitantes, evidenciando o subdimensionamento dos dados oficiais. Essa discrepância reflete o apagão de dados que historicamente afeta as comunidades periféricas no Brasil, prejudicando a formulação de políticas públicas que atendam às suas reais necessidades.

Figura 1: Cartograma de localização da comunidade Frei Damião



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Histórico de Formação e Crescimento Urbano

A ocupação do território que hoje constitui a Frei Damião iniciou no final dos anos 1980 e se intensificou ao longo da década de 1990, em um contexto de expansão econômica e urbana de Palhoça. A proximidade estratégica com a capital Florianópolis e o desenvolvimento de vias como a BR-101 tornaram a região atrativa para trabalhadores migrantes vindos do interior de Santa Catarina e de outros estados. Muitos desses migrantes buscavam escapar das condições adversas do campo e encontraram no município a promessa de oportunidades melhores (Nunes; Sanson, 2017).

Figura 2: Entorno Frei Damião



Fonte: Elaborado pelas autoras.

O acesso à habitação pela população de baixa renda na região conurbada de Florianópolis não superou o crescimento populacional nas periferias. O programa de maior alcance das últimas décadas, o Programa Minha Casa Minha Vida, do total de Unidades Habitacionais - UHs entregues em Palhoça, apenas 13,05% eram destinados à Faixa 1 (até 3 salários mínimos), representando quase 50% das UHs construídas na Região Metropolitana da Grande Florianópolis - RMF (Souza, 2016). A falta de Habitação de Interesse Social, somada ao alto preço da terra e ao crescimento populacional do município, refletiu na ocupação desordenada, em terrenos periféricos e ambientalmente vulneráveis, como áreas alagadiças. A falta de planejamento urbano estruturado agravou a precariedade das condições de moradia, consolidando a exclusão social dessa população (Ministério das Cidades, 2018).

Em 2011, a Frei Damião foi reconhecida como uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), um marco importante que viabilizou iniciativas de regularização fundiária e investimentos em infraestrutura em parte da comunidade, especialmente na área sul. Ainda, houve a incidência de programas como o Lar Legal, iniciativa do Tribunal de Justiça, que já entregou 600 escrituras e tem mais 600 em andamento, exemplificando os esforços para trazer segurança jurídica aos moradores (ICOM, 2023). Ainda assim, cerca de 3.000 residências permanecem irregulares, evidenciando a necessidade de continuidade nas ações de urbanização.

Figura 3: Rua Pascoal Mazzilli em 2019 antes das obras de pavimentação



Fonte: Karina dos Santos Ferreira, 2019.

Caracterização da Comunidade

Com uma área de 0,47 km², a Frei Damião apresenta características únicas que a diferenciam de outras comunidades periféricas. Seu traçado urbano possui certa regularidade, aproximando-se de bairros formais, mas a precariedade persiste em diversas dimensões:

- **Infraestrutura Habitacional:** Cerca de 20% das residências são construídas com madeira reaproveitada, e 44% usam alvenaria sem revestimento, refletindo a dificuldade de acesso a materiais de qualidade. Além disso, 63 moradias não possuem banheiro (ICOM, 2023).
- **Espaços Públicos:** A comunidade dispõe de espaços como a Praça Frei Damião e a Praça Cidades Invisíveis, que somam quase 8.000 m² de áreas de lazer. No entanto, isso representa apenas 0,61 m² por habitante, muito aquém do recomendado pela Organização Mundial da Saúde (ICOM, 2023).
- **População Jovem:** A Frei Damião possui uma população predominantemente jovem, com alta concentração de crianças e adolescentes, gerando uma demanda significativa por serviços de educação, saúde e espaços recreativos.

Desafios Socioambientais

O território enfrenta desafios ambientais significativos devido à ocupação de áreas de preservação permanente. A proximidade com os manguezais do rio Imaruí e do canal do

Peixe expõe a comunidade a alagamentos frequentes, enquanto a falta de infraestrutura de drenagem agrava os problemas sanitários. A ausência de saneamento básico adequado leva à contaminação do solo e da água, com impactos diretos na saúde pública (Fundação do Meio Ambiente de SC, 2019). Além disso, as ocupações da porção leste estão sob aterros feitos pelos moradores com restos da construção civil e outros tipos de rejeitos, causando instabilidade do solo e contato com materiais prejudiciais à segurança e à saúde.

No aspecto social, a vulnerabilidade econômica é evidente: 69% das famílias vivem com renda inferior a um salário mínimo, e o setor informal é a principal fonte de renda para muitos moradores, com destaque para a atividade de coleta de material reciclável. Essa situação econômica precária é agravada pela dependência de equipamentos e transporte públicos para acessar serviços e empregos em outras partes da região metropolitana, especialmente da capital (Secretaria de Desenvolvimento Social de SC, 2020).

Atuação Social e Organização Comunitária

Na Frei Damião ocorrem ações que demonstram como comunidades periféricas podem se organizar para enfrentar desafios estruturais. Associações de moradores, ONGs (Organizações Não Governamentais) e lideranças comunitárias desempenham papéis centrais na busca por melhorias. Destacam-se iniciativas como:

- **Educação e Contraturno Escolar:** Programas de oficinas culturais e esportivas promovidos por ONGs locais atendem crianças e jovens, mas enfrentam limitações de recursos para ampliar sua cobertura.
- **Assistência Social:** Organizações religiosas e associações comunitárias oferecem suporte a famílias em situação de vulnerabilidade extrema.
- **Mobilização por Infraestrutura:** A comunidade participa ativamente de campanhas por melhorias, especialmente através do Fórum Permanente de Políticas Públicas da Frei Damião, que discute temáticas como a ampliação da rede de água potável e pavimentação de ruas. O Fórum é composto por membros da comunidade, do poder público, de ONGs e da UFSC.

É inegável que a comunidade Frei Damião é um microcosmo das desigualdades estruturais que afetam o Brasil urbano. Reconhecer sua importância no contexto urbano de Santa Catarina é um passo essencial para promover a justiça social e garantir o direito à cidade para os moradores da área.

Figura 4: Uma das ruas da comunidade Frei Damião



Fonte: as autoras.

A CRIAÇÃO COLETIVA DE UM INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICO

O curso de especialização em Assistência Técnica de Interesse Social (ATHIS) é uma pós-graduação lato sensu vinculada ao departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), voltada para profissionais das áreas de Arquitetura e Urbanismo, Geografia, Engenharia Civil e Engenharia Sanitária e Ambiental, com o objetivo de capacitar os residentes para atuarem em projetos de assistência técnica voltados a comunidades e territórios informais e de baixa renda. O curso enfatiza a prática interdisciplinar e participativa, com foco na inclusão social, na defesa do direito à cidade, e na melhoria das condições de vida em áreas de alta vulnerabilidade, consoante ao Estatuto da Cidade (Lei Federal n.º 10.257/2001) e a Lei de ATHIS (Lei Federal n.º 11.888/2008).

Entendido como uma Residência em Arquitetura e Urbanismo devido ao aprendizado centrado na prática e na vivência na comunidade, o curso de especialização tem duração de um ano, com a primeira turma iniciando em março de 2024. Na Residência, a ATHIS é compreendida amplamente, envolvendo a qualificação das moradias associada à provisão e qualificação de infraestruturas, equipamentos coletivos e espaços livres. Objetiva trazer melhorias para o lugar de vida das populações de baixa renda, buscando impactar positivamente os territórios de atuação e possibilitar a criação de espaços catalisadores de oportunidades de geração de emprego, renda e emancipação comunitária.

A Residência em Arquitetura e Urbanismo da UFSC está articulada com o Programa Periferia Viva do Ministério das Cidades por meio de projetos práticos e intervenções desenvolvidas nas comunidades atendidas. O programa é uma iniciativa da Secretaria Nacional de Periferias voltada para o desenvolvimento urbano e social de territórios periféricos e informais, onde o acesso a serviços básicos e infraestrutura é limitado. Seu objetivo principal é promover a melhoria da qualidade de vida das populações que vivem em áreas de alta vulnerabilidade social, por meio de intervenções urbanísticas, habitacionais, e de inclusão social.

A equipe do Projeto Periferia Viva na UFSC reúne professores, alunos residentes, arquitetos supervisores, bolsistas de graduação e de pós-graduação, organizados em cinco frentes de trabalho distintas com atuação na comunidade Frei Damião. Estas frentes denominam-se Urbanização, Habitação, Equipamentos Comunitários, Intervenções, e Posto Territorial, e suas atribuições serão brevemente apresentadas a seguir.

Urbanização: Realizar leitura técnica, ambiental e comunitária do território, por meio de levantamentos físicos territoriais e elaboração de cartografia temática e sensível, identificando características, potencialidades e carências. Compreender a dinâmica sócio-espacial interna da Frei Damião e sua relação com o entorno e a cidade. Analisar as transformações, a paisagem e a percepção urbana, a morfologia e a estrutura urbana, a mobilidade, as práticas de uso e ocupação do solo, a ocupação dos lotes, as relações entre espaços públicos e privados. Desenvolver propostas, planos e projetos de qualificação urbana para o território da Frei Damião, com responsabilidade social e ambiental, de forma participativa e em colaboração com as demais frentes de trabalho.

Habitação: Estabelecer relações entre saúde e habitação na Frei Damião, vinculadas às consequências da precariedade habitacional. Desenvolver estudos, critérios e soluções projetuais de intervenções construtivas com o objetivo de promover melhores condições de habitabilidade das moradias existentes, com base na utilização de metodologias participativas com a comunidade e as entidades que atuam no território. Levantar dados sobre a carência de banheiros nas residências existentes e desenvolver soluções projetuais específicas. Analisar possibilidades de aplicação da política habitacional no território da Frei Damião e desenvolver projetos de Habitação de Interesse Social.

Equipamentos Comunitários: Desenvolver uma rede de equipamentos comunitários de uso público, a ser realizada em conjunto com as demais frentes de trabalho. Executar e coordenar o desenvolvimento de projetos completos de arquitetura e complementares dos equipamentos comunitários e serviços como educação, cultura, formação, saúde, serviços sociais, recreação e esportes, segurança, entre outros, segundo as demandas comunitárias, de maneira embasada e participativa, com responsabilidade social e ambiental, contando com apoio de parceiros internos e externos.

Intervenções: Contribuir nos projetos e atividades das demais frentes de trabalho, através de atividades práticas, artísticas e culturais com a comunidade, de modo a promover uma

relação de colaboração e co-criação entre os membros da Residência ATHIS/UFSC e os moradores locais. Estimular as práticas de formação e de canteiro de obras entre os estudantes e a comunidade.

Posto Territorial: Estabelecer articulação com os agentes locais e efetuar levantamentos sócio-comunitários de modo a aprofundar o conhecimento sobre a população local, envolvendo aspectos como demografia, trabalho e renda, lideranças, organizações comunitárias, espaços simbólicos, práticas cotidianas, religiosidade, festividades, laços de vizinhança, história do lugar, grupos étnicos e tradicionais, grupos etários e pessoas com necessidades especiais, entre outros. Coordenar a aplicação de questionários e entrevistas, auxiliar na interface das demais frentes de trabalho com a comunidade e na interlocução com parceiros externos e redes que contribuam com os princípios, projetos, pesquisas e produtos da Residência.

Portanto, dentro desse arranjo, o Posto Territorial tem como um de seus principais objetivos levantar dados sobre a população local e suas condições de moradia, subsidiando o trabalho das demais frentes e o desenvolvimento de projetos e políticas públicas para a comunidade. Para atingi-lo, os membros do Posto Territorial estruturaram o Censo Socioeconômico e Habitacional, com vistas a elaborar um diagnóstico que aproxime as práticas de assistência técnica às necessidades reais validadas pela comunidade. Espera-se realizar um censo detalhado que mapeará as condições socioeconômicas e de moradia da comunidade Frei Damião, identificando as principais necessidades e desafios enfrentados pelos moradores.

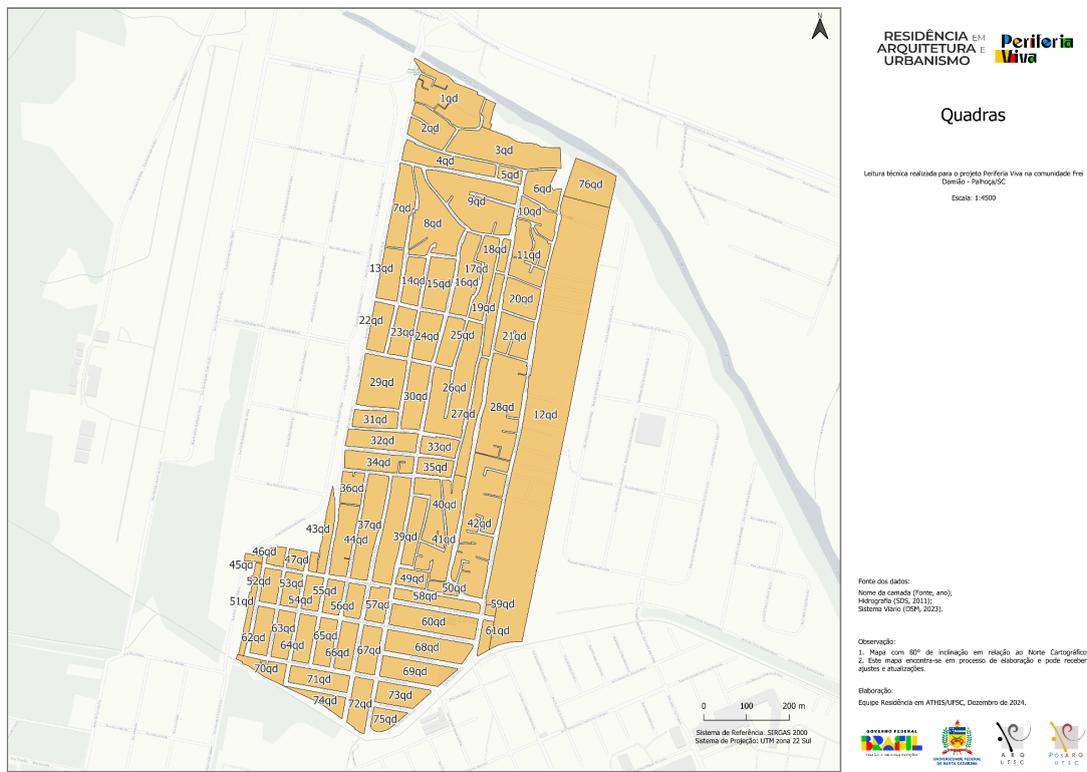
O Censo Socioeconômico e Habitacional é um instrumento de leitura técnico-comunitária que consiste em um questionário domiciliar, aplicado pelos residentes do curso em conjunto com agentes comunitários, que permite a posterior espacialização dos dados levantados e a elaboração de diagnósticos precisos sobre o território. O questionário abarca questões como a infraestrutura urbana existente, o acesso a serviços de educação e saúde, e as condições habitacionais e econômicas da população. A seguir, demonstraremos as etapas de desenvolvimento desse instrumento.

METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO

A estruturação do Censo iniciou-se pelo estudo da viabilidade de geoespacialização dos dados e de aplicação do questionário. Para tanto, foi desenvolvida uma base cartográfica a partir de camada *shapefile* disponibilizada pela Prefeitura Municipal de Palhoça, contendo a delimitação das quadras e lotes do município. Através do QGIS, *software* livre de sistema de informações geográficas, os lotes da comunidade Frei Damião receberam códigos com números e letras referentes à quadra em que se situam, a exemplo: "1qd2lt" (Figura 5). Dessa forma, as informações coletadas através do questionário poderão ser georreferenciadas, através da vinculação dos dados ao código do lote de residência dos moradores, em formato de tabela de atributos. No entanto, a porção do território mais a leste da comunidade é caracterizada pela presença de ocupações informais, sem cadastro

de lote na base de dados da prefeitura. Portanto, nessas áreas a espacialização deverá ser feita a partir da identificação do nome do logradouro e número da edificação.

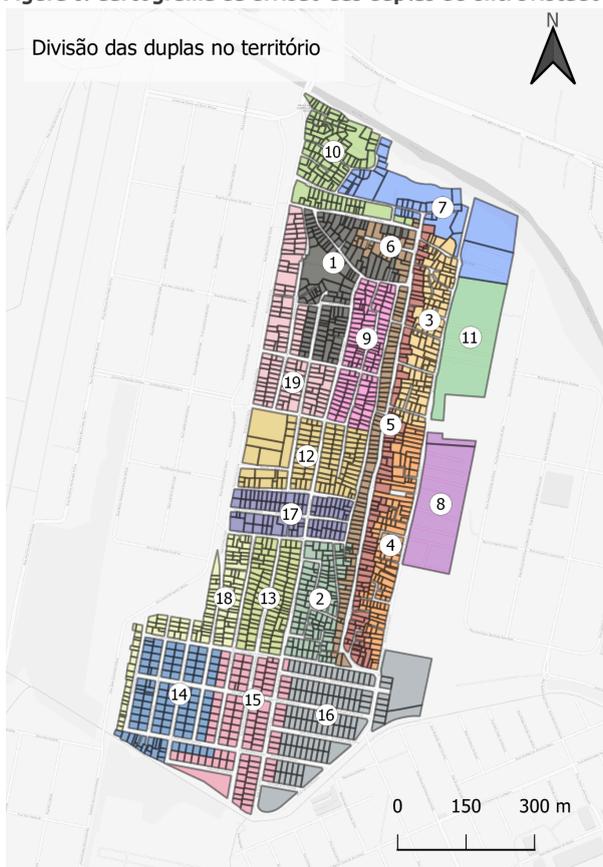
Figura 5: Cartograma da codificação das quadras



Fonte: elaborado pelas autoras.

Posteriormente, os lotes da comunidade foram agrupados para viabilizar a aplicação dos questionários a partir de duplas de alunos residentes, que atuarão como entrevistadores. Visando uma melhor integração e recepção dos entrevistadores por parte dos moradores, os residentes contarão com o apoio de agentes comunitários e de agentes de saúde das Unidades Básicas de Saúde (UBS). A divisão das duplas parte do atendimento das agentes comunitárias de saúde (ACS) no território, subdividindo suas áreas de atuação para equilibrar o número de domicílios abrangidos por cada dupla. Foram estabelecidas 19 duplas, abrangendo entre 136 e 180 residências, totalizando 3.180 domicílios contabilizados pelo CNEFE - Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos do IBGE em 2022 (Figura 6). Uma vez que as ACS atualmente em atividade não contemplam a totalidade do território, as duplas mesclam áreas atendidas e desatendidas pelas ACS, para nenhuma dupla ficar sem o acompanhamento dos agentes.

Figura 6: Cartograma da divisão das duplas de entrevistadores



Fonte: elaborado pelas autoras.

A etapa seguinte consistiu no desenvolvimento das temáticas e perguntas que compõem o questionário. Para tal, as demandas de informações das demais frentes de trabalho foram sistematizadas em uma planilha, contendo também a motivação e o formato das perguntas (campo aberto ou múltipla escolha, por exemplo). Adicionalmente, foi consultado o Instrumento de Diagnóstico Habitacional Municipal de Maringá desenvolvido pelo IAB/PR (Instituto de Arquitetos do Brasil - Paraná) em 2022, relevante ferramenta de pesquisa das condições habitacionais e sanitárias municipais que serviu como referência para o presente trabalho. Essa sistematização permitiu a identificação das temáticas mais relevantes, considerando também a indisponibilidade desses dados em meios oficiais como o cadastro da Prefeitura Municipal ou o Censo Demográfico do IBGE. Ademais, foram priorizadas perguntas quantitativas em detrimento das qualitativas, bem como perguntas em formato de múltipla escolha, visando maior eficiência no preenchimento do questionário dado o volume de levantamentos a serem realizados.

Antes da definição das perguntas do questionário, a sua estrutura preliminar foi discutida com os demais participantes da Residência em Arquitetura e Urbanismo por meio de diversas reuniões, visando colher comentários e sugestões para o refinamento do instrumento. Uma vez feitas as alterações necessárias e aprovado o questionário internamente, este foi levado também para apresentação e colaboração junto a atores externos ao curso que compartilham o interesse pelo levantamento de dados sobre a

comunidade. Os principais envolvidos foram a Prefeitura Municipal da Palhoça, a Associação de Moradores da Frei Damião, o Instituto Comunitário Grande Florianópolis - ICOM, lideranças locais, assistentes sociais da comunidade, OSCs, e o Comitê Permanente de Políticas Públicas da comunidade, a fim de construir o instrumento de forma participativa e conciliar as demandas das diferentes entidades. A partir dessa interlocução, foi possível estruturar o Censo Socioeconômico e Habitacional em 74 questões, organizadas em doze seções:

Identificação: campos para identificação do código do lote ou nome da rua e número da edificação, através dos quais será possível georreferenciar os dados no *software* QGIS.

Observações dos entrevistadores: os entrevistadores devem responder às perguntas através da observação do entorno da moradia, relativas à materialidade da edificação, à delimitação do lote e à presença de patologias visíveis, por exemplo.

Dados do respondente e núcleo familiar: a seção tem como objetivo recolher dados sobre o entrevistado e a sua família, como o número de moradores no domicílio, o responsável pelo sustento da família, a faixa etária, gênero e raça dos seus integrantes.

Imigração: perguntas direcionadas aos imigrantes, vindos principalmente de outros países da América Latina, no que tange à sua integração na comunidade e o acesso a serviços no Brasil.

Educação: tem como objetivo recolher dados como o nível de escolaridade dos membros da família e seu local de estudo.

Saúde: informações relacionadas à saúde da família, como a Unidade Básica de Saúde na qual são atendidos e se há casos de doenças recorrentes que possam se relacionar com fatores ambientais.

Acesso a serviços e entorno do domicílio: o objetivo da seção é identificar os serviços aos quais a casa tem acesso, como energia elétrica, abastecimento de água, coleta de lixo, esgoto e demais equipamentos urbanos.

Trabalho e renda: a intenção é compreender a situação financeira da família, através da renda média familiar, da quantidade de moradores que trabalham e de possíveis atividades de geração de renda complementar.

Mobilidade: informações relacionadas aos deslocamentos dos membros da família dentro e fora da comunidade, identificando quais meios de transporte utilizam e quanto tempo levam para chegar aos seus destinos.

Eventos climáticos: frente ao histórico de inundações da comunidade, estas perguntas visam mapear as áreas que costumam ser atingidas pelas enchentes.

Condições da moradia: nesta seção serão coletadas informações relacionadas à moradia da família, como a situação de posse e fundiária, os possíveis desconfortos habitacionais (térmicos ou lumínicos, por exemplo), a quantidade de cômodos da casa, entre outros.

Observações gerais: campo para inclusão de informações adicionais observadas pelos entrevistadores, não contempladas pelas demais perguntas.

Uma vez concluído o desenvolvimento das questões, incluindo seus enunciados e alternativas de resposta, os trabalhos centraram-se na operacionalização do Censo. Um aspecto essencial é a definição do formato de aplicação dos questionários, optando entre o meio físico e o digital. Considerando a dimensão e a densidade populacional do território da Frei Damião, optou-se pelo formato digital, a fim de propiciar maior praticidade e eficiência nos levantamentos e minimizar os erros de preenchimento ou transcrição de informações.

Dentre as plataformas disponíveis, foi eleito o *software* LimeSurvey, utilizado para criação e gestão de pesquisas e questionários *online*. Em localidades com acesso à internet limitado ou instável, como parte da Frei Damião, o *software* apresenta a alternativa de integração ao aplicativo móvel Offline Survey, permitindo a coleta de dados de maneira *offline*, funcionalidade essencial para levantamentos em campo. Após a coleta dos dados, os resultados podem ser sincronizados com o servidor do LimeSurvey quando uma conexão com a internet estiver disponível.

Por fim, uma importante etapa da metodologia é a capacitação dos entrevistadores, a fim de assegurar uma abordagem sensível e respeitosa aos moradores e a correta manipulação dos instrumentos de coleta de dados. Para tal, será elaborado um manual de campo, contendo o detalhamento das perguntas da entrevista, orientações para a abordagem aos moradores, a indicação de materiais que devem acompanhar o entrevistador e um passo-a-passo para a utilização do LimeSurvey, dentre outros aspectos. Este material servirá também para orientar as reuniões de formação com os entrevistadores antes dos levantamentos.

Cabe frisar que a participação dos moradores no questionário é voluntária e restrita aos maiores de idade, e será garantida a anonimidade e confidencialidade das informações no caso da sua utilização, visando proteger a privacidade dos participantes. A realização desse levantamento na comunidade Frei Damião permitirá não apenas o mapeamento detalhado das condições socioeconômicas e habitacionais da comunidade, mas também o fortalecimento do vínculo entre os moradores, as instituições envolvidas e os agentes comunitários. Ao integrar os moradores como protagonistas do processo de coleta de dados, a metodologia contribui para a construção de um diagnóstico que reflete as demandas reais da comunidade, aumentando a legitimidade e a aplicabilidade dos resultados obtidos.

EXPERIÊNCIA PILOTO

A dimensão da aplicação do censo em uma comunidade onde a estimativa populacional é de doze mil pessoas faz com que seja necessária a testagem dos métodos de operacionalização previstos. Dessa forma, embora o Censo Socioeconômico e Habitacional

esteja previsto para realização em toda a extensão da comunidade Frei Damião apenas em 2025, a equipe do Posto Territorial desenvolveu duas experiências pilotos de aplicação dos questionários em novembro de 2024, a fim de testar a funcionalidade do instrumento elaborado e realizar eventuais adaptações. Para tanto, foram definidos dois recortes da comunidade, com características distintas.

O primeiro deles corresponde a um trecho da Rua Treze de Maio, situada em área mais consolidada, regular e com divisão dos lotes definida, onde foi possível utilizar os códigos atribuídos às parcelas para georreferenciamento dos dados (Figura 7). A Rua Treze de Maio recebeu também em setembro de 2024 uma oficina de endereçamento oficial dos domicílios, desenvolvida pela Residência em ATHIS da UFSC em parceria com a Prefeitura Municipal de Palhoça, portanto uma relação de vínculo e confiança entre os moradores e os estudantes residentes já havia sido iniciada.

Figura 7: Cartograma da área de aplicação da experiência piloto na Rua Treze de Maio



Fonte: elaborado pelas autoras.

O segundo recorte abrange a Rua das Rosas, localizada na ocupação Nova Esperança I, caracterizada por maior precariedade habitacional e de infraestrutura e ausência de cadastramento dos lotes na prefeitura municipal (Figura 8). Portanto, a espacialização das informações do Censo deve ser feita através do número das edificações, e na ausência de numeração, os entrevistadores devem atribuir seus próprios códigos, registrando-os no mapa impresso para posterior identificação dos domicílios. Alguns moradores da Rua das Rosas também já possuem familiaridade com os estudantes da Residência, devido à realização de um trabalho prático da disciplina de Melhorias Habitacionais do curso em uma

das casas. A escolha destes dois recortes teve por objetivo identificar as potenciais dificuldades impostas à operacionalização do Censo ocasionadas pelas particularidades urbanísticas, habitacionais e socioeconômicas de cada uma das localidades.

Figura 8: Cartograma da área de aplicação da experiência piloto na Rua das Rosas



Fonte: elaborado pelas autoras.

SENSIBILIZAÇÃO DOS MORADORES E ENTREVISTADORES

A fim de sensibilizar os moradores ante a realização do Censo, continuando a aproximação à comunidade e introduzindo o questionário e seus objetivos, os membros do Posto Territorial realizaram atividades de panfletagem nos domicílios das experiências piloto. A panfletagem foi realizada com uma semana de antecedência da aplicação dos questionários, primeiramente na Rua Treze de Maio, e na semana seguinte na Rua das Rosas. Como as atividades foram realizadas em dias de semana, no período da manhã, aproximadamente metade dos moradores estavam em casa para receber os entrevistadores, sendo estas majoritariamente mulheres, enquanto os demais estavam ausentes principalmente por motivo de trabalho. Os panfletos foram deixados na caixa de correio dos domicílios nos quais nenhum morador estava presente.

Tanto nos panfletos quanto na abordagem aos moradores, optou-se por linguagem coloquial e acessível, buscando aproximar as motivações do Censo às necessidades dos moradores (Figura 9). Portanto, argumentou-se que a aquisição de dados precisos e atualizados sobre a comunidade poderia auxiliar na conquista de melhorias como mais vagas nas escolas e um atendimento mais eficiente nas Unidades Básicas de Saúde, por

exemplo. Os moradores foram gentis e receptivos, demonstrando abertura para responder às perguntas do questionário na semana seguinte.

Figura 9: Panfleto de sensibilização sobre o Censo da Frei Damião

Olá morador (a)!

Você sabia que serviços como vagas nas escolas, atendimento no poste de saúde e horários de ônibus dependem de informações atuais sobre a comunidade?

Por isso, nós, da **Residência ATHis da UFSC**, vamos conversar com moradores para entender essas necessidades.

Na terça-feira, dia 19/11, a partir das 9h, passaremos nas casas da Rua das Rosas fazendo algumas perguntas para o Censo da Frei Damião.

Participe e ajude a melhorar a comunidade!

Se tiver dúvidas, fale com a gente pelo Whatsapp: (48) 99150-0720



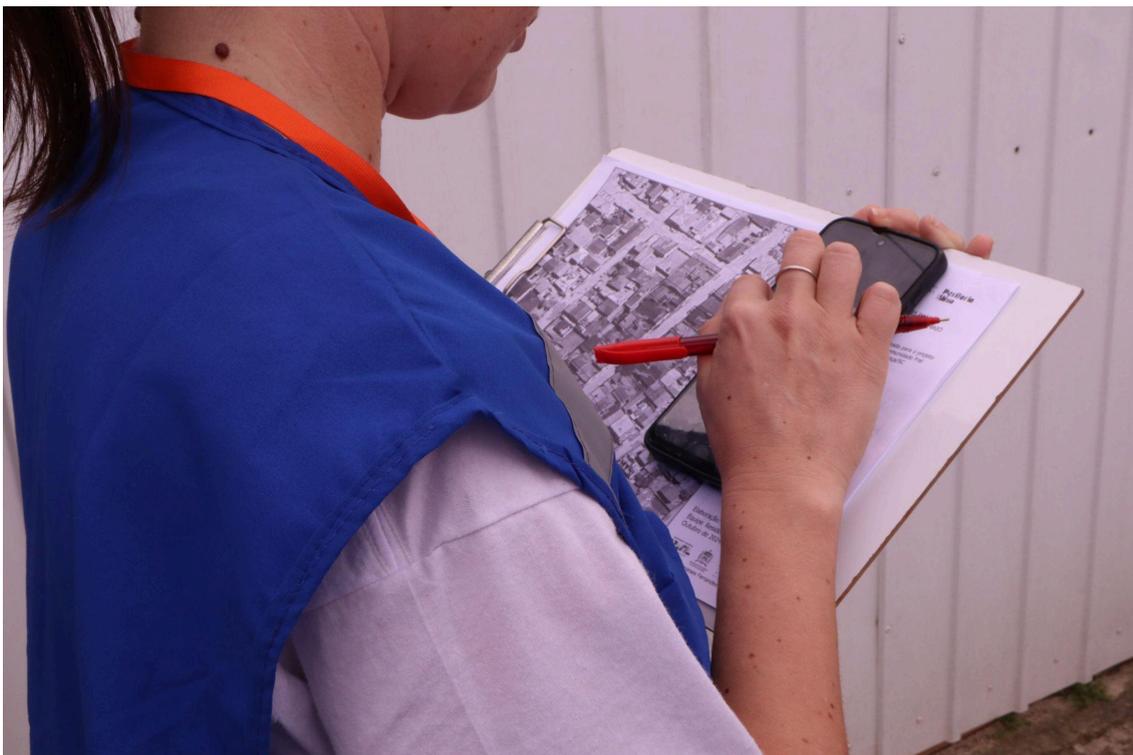
Fonte: elaborado pelas autoras.

Também com o intuito de sensibilizar e preparar a equipe para a aplicação dos questionários, foi conduzido um treinamento interno à frente do Posto Territorial para capacitar os entrevistadores. O treinamento abordou a estrutura do questionário, a forma de funcionamento do *software* LimeSurvey e da base cartográfica desenvolvida, as orientações para abordar os moradores e os materiais de apoio que os entrevistadores devem portar, como questionários e mapas impressos, água e filtro solar. Ressaltou-se também a importância do uso dos acessórios de identificação, como o colete e o crachá, provendo maior segurança aos entrevistadores ao circular na comunidade e transmitindo confiança aos moradores. Os participantes do treinamento puderam esclarecer quaisquer dúvidas a respeito das perguntas ou da operacionalização do Censo, e ao fim formaram duplas para testar a aplicação do questionário entre si, registrando as respostas e cronometrando o tempo com o aparelho celular.

RESULTADOS

A primeira parte da experiência piloto foi realizada no dia 12 de novembro de 2024, na Rua Treze de Maio (Figura 10). Com início aproximadamente às 10 horas da manhã, as quatro entrevistadoras dividiram-se em duas duplas para abordar os moradores, acompanhadas dos materiais de apoio impressos e do questionário com preenchimento *online* nos celulares. Enquanto uma entrevistadora da dupla conversava com os moradores, a outra preenchia as informações no celular, tornando a abordagem mais dinâmica.

Figura 10: Experiência piloto na Rua Treze de Maio



Fonte: as autoras.

Foram dois os principais empecilhos desta experiência: primeiramente, um problema técnico ocorrido com o questionário na plataforma LimeSurvey inviabilizou o envio e o salvamento das respostas. E em segundo lugar, as condições climáticas, pois uma leve chuva dificultou a conversa com os moradores no portão de casa, além de danificar os materiais impressos.

Apesar dos contratemplos, foi possível aplicar o questionário em três domicílios, cujos lotes codificados foram facilmente identificados através do mapa impresso. Todos os moradores abordados aceitaram participar da pesquisa, respondendo às perguntas do questionário integral e cordialmente. As entrevistas tiveram duração entre 15 e 20 minutos, incluindo a apresentação dos entrevistadores e dos objetivos do Censo Socioeconômico e Habitacional da Frei Damiano. A partir dessa experiência, foi possível validar a pertinência e a facilidade de entendimento das perguntas elaboradas para o questionário, bem como a viabilidade do manuseio e do preenchimento das informações no dispositivo celular.

Na terça-feira seguinte, dia 19 de novembro de 2024, foi realizada a segunda parte da experiência piloto, na Rua das Rosas (Figura 11). Dessa vez, o tempo estava estável e os erros no *software* LimeSurvey haviam sido corrigidos, possibilitando a aplicação do Censo em seis domicílios. A fim de testar a funcionalidade de duas diferentes formas de preenchimento do questionário, uma das duplas de entrevistadoras fez o uso do aplicativo Offline Survey para envio das respostas sem conexão com a internet, enquanto a outra dupla aplicou o questionário de forma *online*.

Figura 11: Experiência piloto na Rua das Rosas



Fonte: as autoras.

Novamente, a totalidade dos moradores abordados demonstraram receptividade aos entrevistadores, e as conversas mantiveram o mesmo padrão de duração. No entanto, enquanto o envio das respostas do questionário de forma *online* apresentou dificuldades devido à instabilidade de conexão de internet, o aplicativo Offline Survey teve ótimo funcionamento, reforçando a importância desse recurso para os levantamentos em campo.

Em contraste com a experiência na Rua Treze de Maio, a principal dificuldade encontrada na Rua das Rosas foi a identificação dos lotes que deveriam ser abrangidos. Por tratar-se de área de ocupação informal e mais recente, a divisão dos lotes e a numeração das edificações muitas vezes não era clara, além de existirem becos de difícil identificação através da imagem de satélite no mapa impresso, prejudicando a orientação dos entrevistadores e o posterior georreferenciamento dos dados.

Portanto, a experiência piloto constituiu uma etapa essencial da construção desse instrumento de leitura técnico-comunitária, contribuindo para a validação e o aprimoramento do material desenvolvido, bem como para a definição de encaminhamentos para a realização do Censo Socioeconômico e Habitacional em toda a comunidade em 2025. No próximo ano, será adotada uma etapa de reconhecimento prévio em campo das edificações situadas nas ocupações mais recentes, onde não há cadastro dos lotes na prefeitura municipal, visando facilitar a atuação dos entrevistadores no momento da aplicação dos questionários. Também serão contratados agentes comunitários, como

apontado anteriormente, contribuindo para a confiabilidade dos dados e para a participação ativa dos moradores nesse levantamento.

O desenvolvimento das etapas aqui expostas envolveu pesquisas, testagens e a interlocução com atores da comunidade, visando elaborar um método de levantamento de dados condizente com a realidade da Frei Damião e sensível às necessidades dos moradores. Espera-se, dessa forma, construir de forma colaborativa uma base de dados completa e precisa sobre a comunidade, diminuindo as barreiras impostas à conquista de direitos e de condições dignas de vida aos moradores das periferias do Brasil.

PRÓXIMOS PASSOS

A partir da experiência piloto, foram traçados os próximos passos para a execução do Censo Socioeconômico e Habitacional previsto para 2025:

- **Elaboração de um manual de campo:** será elaborado um material referência contendo todas as informações pertinentes para a aplicação do censo, tais como o uso das ferramentas e *softwares*, estratégias de sensibilização e abordagem, interpretação dos resultados, cronogramas, entre outras.
- **Desenvolvimento de ferramenta para controle de aplicação do questionário:** considerando a dimensão do território e o volume de entrevistadores, será elaborada uma ferramenta para controlar o andamento da aplicação do censo. A partir da utilização da ferramenta de *business intelligence* Google Looker Studio, pretende-se criar painéis de visualização de dados com informações como o percentual de entrevistas realizadas em relação ao todo, a categorização dos dados levantados, as etapas alcançadas, entre outras.
- **Mapeamento da aba leste com imagens aéreas:** pretende-se superar a falta de definições claras de lotes e edificações na aba leste da comunidade a partir de levantamentos de drones e geração de imagens aéreas que serão georreferenciadas e previamente codificadas, buscando facilitar a compreensão do território durante a aplicação dos questionários. O mapeamento será realizado por partes, junto a profissionais capacitados, por esbarrar em duas questões que dificultam o levantamento. A primeira é o condomínio lindeiro à comunidade, o Aeropark, onde há um espaço de tráfego aéreo que atinge a comunidade e limita a altura dos drones, e o segundo é a negociação com o crime organizado presente na comunidade, o que até o momento foi feito por intermédio das lideranças locais sem qualquer tipo de conflito.
- **Formação de entrevistadores:** o curso de especialização em ATHIS da UFSC prevê a entrada de uma nova turma de residentes em 2025, portanto será necessário formar os novos entrevistadores para estarem aptos a realizar o censo. Cabe dentro dessa formação as atividades de reconhecimento do território, criação de laços com os moradores do setor designado ao entrevistador, treinamento técnico quanto ao

uso dos *softwares*, aplicação do questionário e estratégias de comunicação e abordagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A insuficiência de dados atualizados sobre a comunidade Frei Damião, a maior favela do estado de Santa Catarina, se mostrou uma das principais dificuldades no desenvolvimento das atividades da Residência em ATHIS da UFSC. Sem o devido conhecimento da dimensão da população e da forma como suas necessidades e potencialidades organizam-se no território, torna-se mais difícil conceber projetos e intervenções condizentes com a realidade local. O mesmo ocorre ao nível do poder público, sem dados sobre as populações periféricas, o desafio de elaborar políticas públicas relacionadas à saúde, à educação e ao desenvolvimento integral desses territórios torna-se ainda maior.

Como abordamos neste artigo, o desconhecimento oficial dessas comunidades é, muitas vezes, intencional. Dessa forma, contribui-se para a invisibilização da população de baixa renda, como herança de uma ideologia de planejamento urbano que ignora as favelas como parte das cidades. É nesse contexto que o Censo Socioeconômico e Habitacional, instrumento de leitura técnico-comunitária, foi desenvolvido pela equipe do Programa Periferia Viva na UFSC, dentro do curso de especialização em ATHIS.

Embora a experiência aqui apresentada ainda esteja em andamento, os procedimentos adotados, envolvendo a definição do conteúdo dos questionários, a operacionalização da aplicação e do georreferenciamento dos dados, contribuem para a discussão sobre os métodos de levantamento de informações sobre os territórios periféricos, bem como para o desenvolvimento de experiências similares em outras comunidades. Como apresentamos, a testagem dos procedimentos revelou fragilidades do instrumento e a necessidade de adaptações, indicando margem para refinamentos, inclusive a partir da interlocução com outras iniciativas de leitura técnico-comunitária em favelas.

Portanto, espera-se preencher as lacunas de informação acerca de mais de 7 mil moradores da periferia em Santa Catarina, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas e para a melhoria das condições de vida dessa população. Almeja-se também que estas iniciativas popularizem-se, tanto entre os órgãos públicos das três esferas de governo, quanto entre as atividades extensionistas, contribuindo para a formação de profissionais conscientes do seu compromisso social e para estabelecer uma relação dialógica entre sociedade e academia. A cooperação entre estes diversos agentes, como pretende estabelecer a Residência em Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social da UFSC, pode apresentar avanços para a atuação em favelas e para a transformação da realidade de milhões de brasileiros.

REFERÊNCIAS

FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA (FATMA). **Relatório de Qualidade Ambiental**. Florianópolis, 2019. Disponível em: <http://www.fatma.sc.gov.br>. Acesso em: nov. 2024.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**: Características Urbanas e Habitacionais. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**: Brasil tinha 16,4 milhões de pessoas morando em favelas e comunidades urbanas. Agência de Notícias do IBGE, 30 nov. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41797-censo-2022-brasil-tinha-16-4-milhoes-de-pessoas-morando-em-favelas-e-comunidades-urbanas>. Acesso em: nov. 2024.

ICOM – INSTITUTO COMUNITÁRIO GRANDE FLORIANÓPOLIS. **Plano de Trabalho**: Programa Frei Damião – Desenvolvimento Socioterritorial na Comunidade Frei Damião. Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://icomfloripa.org.br>. Acesso em: nov. 2024.

ICOM. **Diagnóstico do Território do Frei Damião**. Palhoça: Instituto Comunitário Grande Florianópolis, 2023.

INSTITUTO PÓLIS. **Mapeamento de Comunidades e Produção de Dados Locais**. São Paulo: Instituto Pólis, 2018.

IPEA. **Infraestrutura nas Favelas Brasileiras: Avanços e Desafios**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019.

MARICATO, E. **O Impasse da Política Urbana no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Política Nacional de Habitação**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.gov.br>. Acesso em: nov. 2024.

MOURA, C. **Dinâmicas Territoriais em Assentamentos Precários**: Estudos de Caso no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2021.

ND+. **Maior favela urbana de SC**: Frei Damião tem população superior a quase metade das cidades do estado. Disponível em: <https://ndmais.com.br/cidadania/maior-favela-urbana-de-sc-frei-damiao-tem-populacao-superior-a-quase-metade-das-cidades-do-estado>. Acesso em: nov. 2024.

NUNES, I. T., & SANSON, J. R. (2017). **A BR-101 e a litoralização do Estado de Santa Catarina**. Revista Catarinense De Economia, 1(2), 1–20. <https://doi.org/10.54805/RCE.2527-1180.v1.n2.14>

ONU-HABITAT. **World Cities Report**: The Value of Sustainable Urbanization. Nairobi: UN-Habitat, 2020.

QUEIROZ, J. **Favelas Invisíveis**: Desafios do Planejamento Urbano no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

ROLNIK, R. Territórios em Conflito: Planejamento Urbano e Conflitos Sociais. São Paulo: Boitempo, 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE SC. Relatório Anual de Ações Sociais. Florianópolis, 2020. Disponível em: <http://www.sds.sc.gov.br>. Acesso em: nov. 2024.

SOUZA, Eduardo Leite. A periferização dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida e suas consequências na dinâmica socioespacial e na mobilidade urbana da Área Conurbada de Florianópolis. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. , Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

¹ Disponível em: <https://www.campanhadespejozero.org/>

² Disponível em: <https://comunitareas.wixsite.com/comunitareas>